

## Gênero, Brinquedos Infantis e Divisão de Papéis Sociais

Jéssica Borges Caikoski<sup>1</sup> , Rafael Amboni Dal Moro<sup>2</sup> 

*Universidade do Contestado (UnC), Rio Negrinho-SC, Brasil*

**Resumo:** Aborda-se neste artigo, derivado de um estudo de TCC, um dos componentes que contribui para a manutenção das hierarquias de poder nos papéis de gênero: os brinquedos infantis. Busca-se discutir a relação entre os brinquedos e a construção dos papéis sociais de homem e mulher. Trata-se de uma pesquisa exploratória e de natureza qualitativa, que recorre a um levantamento de dados relativos às percepções e sentimentos dos sujeitos pesquisados, mediante aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Contestado e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado por responsáveis pelos sujeitos de pesquisa, à respeito dos brinquedos infantis, do ser homem e do ser mulher. A técnica da entrevista com roteiro semiestruturado foi utilizada para a coleta de dados, posteriormente submetidos à análise de conteúdo. A amostra foi composta por 15 crianças, sendo 08 participantes do sexo masculino e 07 participantes do sexo feminino, com idade entre 09 e 11 anos. Observou-se que as crianças tendem a discriminar brinquedos conforme o sexo, a conceber o ser mulher como limitado aos cuidados domésticos e maternos, e o ser homem como relacionado à independência e provimento. Conclui-se que a infância, assim como os brinquedos infantis, é atravessada pela regulação das feminilidades e masculinidades, dentro do modelo patriarcal e das expectativas dominantes em nossa cultura.

Palavras-chave: psicologia, infância, identidade de gênero, brinquedos infantis

## Genre, Children's Toys and Division of Social Roles

**Abstract:** This article is addressed, derived from a study of CBT, one of the components that contributes to the maintenance of power hierarchies in gender roles: children's toys. It seeks to discuss the relationship between toys and the constitution of the social roles of man and woman. This is an exploratory and qualitative research, which uses a survey of data related to the perceptions and feelings of the subjects surveyed, upon approval of the Ethics and Research Committee of Universidade do Contestado and the Informed Consent Term (TCLE), signed by the responsible for the research subjects, about children's toys, being a man and being a woman. The semi-structured script interview technique was used for data collection, later submitted to content analysis. The sample consisted of 15 children, 08 male participants and 07 female participants, aged between 09 and 11 years. It was observed that children tend to discriminate toys according to gender, in regards to be a woman as limited to domestic and maternal care, and being a man as related to independence and provision. It is concluded that childhood, as well as children's toys, are crossed by the regulation of femininities and masculinities, within the patriarchal model and the prevailing expectations in our culture.

Keywords: psychology, childhood, gender identity, kids toys

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade do Contestado (UnC). Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille. Professora titular do curso de Psicologia na Universidade do Contestado (UnC), Campus Rio Negrinho-SC. *E-mail:* jessica.bc@yahoo.com

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e em Filosofia pela FAE Centro Universitário. *E-mail:* rafaeladmoro@outlook.com

Submetido em: 04/01/2021. Primeira decisão editorial: 24/06/2021. Aceito em: 12/08/2021.

## Introdução

No cenário político, econômico e cultural em que nos encontramos, é possível constatar que ainda vivemos em uma sociedade marcada pela desigualdade entre homens e mulheres, aonde o ser homem é valorizado em detrimento do ser mulher. Deparamo-nos cotidianamente com essa desigualdade, tão antiga quanto a própria cultura, a violência contra a mulher, os baixos salários, as oportunidades desiguais de emprego, sua participação política e na vida intelectual, sua até a pouco tempo impossibilidade de ascensão econômica e social.

Assim, também encontramos a contrapartida ideal dessa desigualdade, ou seja, o aspecto ideológico a legitimar o *status quo*. Sabemos que o homem foi historicamente visto, em teorias científicas, filosóficas e nas doutrinas religiosas que fundaram nossa visão de mundo ocidental, como princípio ativo, legislador, superior, racional, moral, eficiente e capaz de instituir cultura, enquanto a mulher foi pensada como força contrária, princípio passivo, aspecto da existência humana ligado às paixões e a sensualidade, o que sempre serviu bem à submissão dos corpos femininos ao ambiente doméstico.

As desigualdades entre os sexos manifestam-se com mais clareza na diferença entre os papéis desempenhados pela mulher e pelo homem na família e na sociedade, naquilo que é chamado de papel de gênero, ou seja, no que se espera de um homem e de uma mulher em determinada cultura. Por exemplo, no que concerne à organização familiar, divisão dos trabalhos domésticos e cuidado com os filhos, espera-se total entrega e dedicação dos corpos femininos, o que não é exigido do homem.

Estudos com famílias brasileiras realizados por Bernardes (1995), Hileshiem (2004), Narvaz (2005) e Szymanski (1997), citados por Narvaz e Koller (2006), apontam as diferenças entre os papéis do pai e da mãe na família nuclear e na divisão do trabalho doméstico. O papel social atribuído à mulher ainda corresponde ao cuidado com os filhos, reprodução e afazeres domésticos. Já o papel

masculino permanece relacionado à autoridade, ações disciplinares e provimento do sustento. Mesmo quando é a mulher quem sustenta financeiramente a família, ela costuma enfrentar dupla jornada de trabalho, e não tem seus esforços reconhecidos como provedora. Com isso, evidentemente se excluem outros aspectos importantes da existência dessas mulheres, que dedicam seu tempo diário aos cuidados domésticos, como sua vida profissional e pessoal.

Os papéis de gênero não decorrem naturalmente do sexo biológico, sendo aprendidos pelos indivíduos ao longo de suas vidas de diversos modos. Nesse sentido, a dominação masculina do corpo feminino é um fim para o qual muitos meios são utilizados, entre eles está a assimilação dos papéis de gênero. Pretendemos aqui investigar apenas um destes meios, diretamente ligado à questão dos papéis de gênero e de sua aprendizagem, qual seja: os brinquedos infantis.

De acordo com Lira e Nunes (2016), os brinquedos são objetos que portam significados culturais, reproduzem valores sociais, revelam sentidos, e ao longo da história influenciaram nas produções subjetivas das crianças. Assim, contribuem para suas identificações e assimilação do mundo em que vivem. Optamos pelo conceito de identificação, como apresentado na psicanálise desde S. Freud, por entender que a identidade de um indivíduo, seu Eu, é um processo dinâmico, impessoal, apoiado nos modelos sociais, por oposição a noção de identidade, que carrega o significado de algo próprio, individual, fixo. Em *O Eu e o Id*, Freud nota que o Eu é mesmo uma “projeção de uma superfície”, portanto, encontra sua conformidade fora de si, nos objetos (Freud, 2011/1923 p. 32). Na mesma obra, o Eu aparece como o resultado de uma identificação que resulta de um investimento objetual amoroso, ou seja, torna-se semelhante ao objeto de sua admiração e investimento libidinal, “o caráter do Eu é um precipitado dos investimentos objetais” (Freud, 2011/1923, p. 36).

Neste sentido, Bruno Latour (2012) estabelece, a partir da teoria Ator-Rede, a compreensão de que existem conexões entre

subjetividade, pessoas, leis, maneiras de viver, e as materialidades do mundo. O conceito de rede é utilizado como uma ferramenta metodológica de mapeamento que agrega as conexões, interligações possíveis, entre os elementos dispostos no social, tanto humanos como os não humanos. A noção de Ator adquire a partir das concepções de Latour, um caráter híbrido, ou seja, não há distinções entre sujeitos e objetos como agentes de ação social. A agência independe de uma intencionalidade efetuada a partir de uma subjetividade, ela é definida pela capacidade de um elemento influenciar outro elemento à ação. Tudo que se faz em rede é considerado híbrido pelo resultado de agenciamentos e interligações entre atores humanos e não humanos. Em suma, tanto pessoas quanto objetos (nesse caso pontuamos os brinquedos de crianças) podem promover acontecimentos e intervir em constituições sociais e subjetivas, modos de vida e de pensar.

A partir dos objetos, são feitas associações linguísticas, são instituídos significados coletivos. Na mesma linha argumentativa, Nascimento (2016) fundamenta que os brinquedos produzem compreensões e aprendizagens sobre a divisão de papéis sexuais e organização do trabalho. Eles carregam significados e tradições. O brincar se relaciona com a cultura, com o tempo, com a memória e com a linguagem – e neste sentido, ele ensina o que é ser homem ou ser mulher, de um modo mais ou menos inconsciente para os sujeitos, comunicando, operando com cadeias associativas, instituindo imagens, modelos de identificação, significados coletivos e normativos que reproduzem o modelo patriarcal e as tradicionais convenções sobre papéis de gênero.

Serge Moscovici (2015, p. 33), importante teórico da Psicologia Social e que estuda os processos de significações/representações coletivas, salienta que “como pessoas comuns”, enquanto sociedade, “tendemos a considerar e analisar o mundo de uma maneira semelhante”. Ao contemplar indivíduos e objetos nunca somos neutros, o processo de decodificação e assimilação depende, dentre outros, de “imagens e hábitos” que

nós aprendemos coletivamente ao longo da vida, que, por sua vez, carregam “categorias culturais”, a verdade cristalizada do passado e da tradição (Moscovici, 2015, p. 33). Em outras palavras, nota Moscovici (2015, p. 35), “nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções”. Isso significa que existe uma “tradição que decreta o que deve ser pensado” (Moscovici, 2015, p. 36). E que se utiliza de vários meios para isso, como é o caso do brinquedo infantil.

De tal modo, pode-se afirmar que, em grande medida, “o passado é mais real que o presente”, pois ele controla a “realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe” (Moscovici, 2015, p. 38). Mas nem sempre, pois a linguagem carrega em si também a abertura para o novo, a potência revolucionária. Assim, Moscovici (2015) propõe duas categorias que permitem pensar diferentes modalidades do processo de significados e representações coletivas, o *universo reificado* e o *universo consensual*. O universo reificado da tradição, inconsciente, onde opera o processo neurótico da compulsão a repetição<sup>3</sup>, por oposição ao universo consensual e comunitário do presente, onde a linguagem operaria como um sistema aberto e criador de novos sentidos, da diferença. “Em um *universo consensual*, a sociedade é vista como um grupo de pessoas que são iguais e livres”, o que implica na arte da conversação, ou mais especificamente, hoje, na “arte declinante da conversação” (Moscovici, 2015, pp. 50-51). O essencial aqui, é que a conversação “cria nós de estabilidade e recorrência, uma base comum de significância entre seus praticantes” (Moscovici, 2015, p. 51). Ou seja, torna-se uma “atividade ruidosa, pública”, onde a linguagem

<sup>3</sup> Referenciamos o conceito freudiano de compulsão à repetição, que segundo o texto *Inibição, sintoma e angústia*, pode ser pensado como “resistência do inconsciente”, “fator dinâmico” no qual deve operar a elaboração/ressignificação dos eventos históricos (Freud, 2014/1926, p. 107). Neste mesmo texto, diz Freud: “há que superar o poder da compulsão à repetição, a atração dos modelos inconscientes” (Freud, 2014/1926, p. 107)

é um sistema vivo<sup>4</sup>, que se recria e se modifica, superando-se. Por outro lado, “num *universo reificado*, a sociedade é vista como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais” (Moscivici, 2015, p. 51). Neste último, nós nos “confrontamos, pois, dentro do sistema, como organizações preestabelecidas, cada uma com suas regras e regulamentos. Daí as compulsões que nós experienciamos e o sentimento de que nós não podemos transformá-las” (Moscovici, 2015, p. 52).

O presente artigo derivou de uma pesquisa de TCC, buscando discutir a relação entre brinquedos infantis e a construção dos papéis sociais de mulher e homem. Para tanto, buscou-se identificar a percepção e os sentimentos das crianças a respeito dos brinquedos infantis, do ser homem e do ser mulher.

### **Materiais e Métodos**

O presente artigo foi derivado de uma pesquisa de TCC, do curso de graduação em Psicologia da Universidade do Contestado – *Campus* Rio Negrinho. Tratou-se de uma pesquisa exploratória e de natureza qualitativa, com o propósito de fornecer maior familiaridade com a questão da desigualdade entre os sexos, a partir da perspectiva dos papéis de gênero e dos brinquedos infantis. No período inicial das orientações semanais foi decidido investigar a temática mais ampla do feminismo e da desigualdade entre o ser homem e o ser mulher, começando a pesquisa bibliográfica. Em seguida, foi apresentado o interesse, por parte da acadêmica e aceito pelo orientador, de se pesquisar os brinquedos infantis, compreendendo

sua contribuição para a aprendizagem das categorias de gênero. Assim, após o período inicial de levantamento bibliográfico, delimitou-se o principal objetivo, qual seja: discutir a relação entre os brinquedos infantis e a construção dos papéis sociais de homem e mulher. Para tanto, sentimos a necessidade de entrevistar crianças, de ambos os sexos, compreendendo que um trabalho sobre essa temática demandava uma maior aproximação com a realidade humana, para além do que se encontra nos livros e na literatura especializada. Através da aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Contestado (Parecer n.3.486.001), e por meio do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), assinado pelos responsáveis dos sujeitos de pesquisa, identificamos as percepções e sentimentos de crianças a respeito dos brinquedos infantis, do ser homem e do ser mulher. O universo da pesquisa foi composto por crianças com idade entre 09 e 11 anos residentes na cidade de Rio Negrinho-SC. A amostra foi constituída por 15 crianças, sendo 07 meninas, e 08 meninos, considerando como critério de seleção o período de atingimento temporal da coleta de dados que teve duração de dois meses. O tipo da amostragem refere-se a não probabilística, o método para coleta se deu por conveniência seguida de *Snowball*. No método por conveniência os participantes são selecionados por estarem imediatamente acessíveis e disponíveis ao pesquisador. Já no método *Snowball* (bola de neve) os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, que, por sua vez, apresentam novos participantes, e assim sucessivamente (Baldin & Munhoz, 2011). Para que fosse atingido com o estudo o mesmo número de crianças do sexo feminino e do sexo masculino, foi adotada a indicação cruzada, na qual uma criança do sexo feminino indicou necessariamente uma do sexo masculino, e a do sexo masculino indicou uma do sexo feminino respectivamente, até que foi atingido o tempo previamente determinado para a coleta de dados. A coleta de dados foi realizada através de entrevista, tendo como instrumento um roteiro semiestruturado elaborado pela pesquisadora Jéssica Borges Caikoski, com auxílio do professor

---

<sup>4</sup> O fato central, e que atesta para a potência revolucionária da linguagem é que “pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação”, mas “uma vez criadas, contudo, elas adquirem vida própria” (Moscovici, 2015, p. 41). O fechamento do universo reificado decorre tanto de um declínio da linguagem e do espaço público da conversação, quanto de um esquecimento de que os significados partem de um consenso, que não são estáticos em si mesmos, “quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional ignorada, mais fossilizada ela se torna” (Moscovici, 2015, p. 41).

orientador Rafael Amboni Dal Moro. Os encontros com as crianças foram feitos individualmente, em ambiente reservado, com um dispositivo gravador de voz, sendo as entrevistas posteriormente transcritas pela pesquisadora. O conteúdo das transcrições foi decomposto em categorias, subcategorias e elementos de análise, utilizado como procedimento de análise de dados o método de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, que se refere a um conjunto de técnicas que analisam o conteúdo comunicativo, através de descrição e de levantamento de indicadores desse conteúdo (Bardin, 2011).

## Resultados e Discussões

Retomemos aqui, como fio condutor, o ponto em que tratávamos na introdução, sobre o termo identificação que optamos no lugar do termo identidade. Silva (2000), de forma crítica, apresenta que a identidade tem como referência a si próprio. Ela costuma ser concebida como uma positividade, aquilo que eu sou, o que a filosofia chamou sempre de ser, um ser autorreferente, que encontra conformidade e sustentação em si mesmo. Em contrapartida, a diferença é definida por aquilo que o outro é. Observe que a palavra “outro” denota alguém que não sou eu, um outro diferente de mim. Portanto, o que estabelece tanto a identidade quanto a diferença, neste caso, é o ser, a minha posição no mundo, uma suposta alma ou interioridade irreduzível. Posição esta que sabemos ser apenas, como diz Freud (2011/1923, p. 32), a respeito do Eu, nem mesmo uma superfície, mas uma “projeção de uma superfície”. Assim, identidade e diferença se encontram em estreitas relações de poder, pois como observamos: para definir a identidade, isto é, o que somos, é necessário marcar a diferença, ou seja, o que não somos. De tal modo, são estabelecidas fronteiras entre nós e eles. Dividir o mundo dessa forma significa classificar, e também hierarquizar, mas sobretudo implica na ilusão de que aquilo que somos ocorre em conformidade com alguma essência interior e imutável, e não mediante processos de identificação dependentes dos modelos sociais em dado momento histórico.

É sobretudo mediante a linguagem, os sentidos

que estão dados no mundo – por exemplo, mulher cuida, homem trabalha – antes de nossa existência, que passamos a incorporar nas identificações aquilo que ilusoriamente chamamos de ser, de identidade, e encerramos dizendo algo como: “é algo da minha essência/natureza enquanto tal”. Portanto, aquilo que chamamos de nosso mais íntimo Eu, na verdade, tem sua conformidade naquilo que é menos íntimo, com aquilo que lhe é estranho e exterior, com um sistema de códigos e significados instáveis que nos dizem como ser, o que fazer e pensar. Tanto o é, que não somos homens e mulheres, pais e filhos, de modo idêntico no curso da história e nas diferentes culturas. Os sentidos não são absolutos, tampouco as supostas identidades que neles se baseiam, mas se equivocam, se modificam, conforme o tempo e o espaço. Neste sentido, apoiado nas concepções do filósofo francês Jacques Derrida, Silva (2000) entende a linguagem como um sistema de significação que é instável em sua estrutura

Somos dependentes, neste caso, de uma estrutura que balança [...] o processo de significação é fundamentalmente indeterminado, sempre incerto e vacilante. Ansiamos pela presença – do significado, do referente (a coisa à qual a linguagem se refere). Mas na medida em que não pode, nunca, nos fornecer essa desejada presença, a linguagem é caracterizada pela indeterminação e pela instabilidade (p. 80).

Stuart Hall (2000) reconhece a identificação como um processo. Por ser uma prática de significação sujeita a *différance*, a história e aos diferentes tempos, pode-se ganhá-la ou perdê-la (identificar-se com algo e desidentificar-se), por isso mesmo nunca se pode tratá-la como algo imutável, da ordem da uma natureza ou essência. Hall (2000) usa o termo identidade, de modo crítico, para significar o ponto de sutura (de encontro) entre os discursos, e as práticas que nos confrontam para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais. A identidade é resultado de uma fixação (temporária) do sujeito ao discurso, uma junção dele às estruturas de significação por meio de uma interpelação. O autor expõe que “uma suturação eficaz do sujeito a uma posição-de-sujeito exige não apenas que o



sujeito seja “convocado”, mas que o sujeito invista naquela posição [...]” (Hall, 2000, p. 112). Desse modo, Woodward (2000) coloca que os sujeitos posicionam a si mesmos dentro dos discursos, de forma que as posições que assumimos constituem nossas identificações.

Agora que vimos que as identificações são baseadas em sistemas de significação instáveis, que elas mesmas dependem do processo histórico e dos modelos sociais que nos são inconscientes, e não de uma essência interior, prosseguimos na discussão de gênero. Scott (1989) questiona a colocação do gênero como uma categoria social imposta a um corpo sexuado. Butler (2013) continua o debate defendendo que a sexualidade também é socialmente constituída. A autora provoca dizendo que a constituição de homens se aplica exclusivamente a corpos masculinos e a edificação de mulheres somente a corpos femininos. “As chamadas interpretações biológicas são, antes de serem biológicas, interpretações, isto é, elas não são mais do que a imposição de uma matriz de significação sobre uma matéria que, sem elas, não tem qualquer significado” (Silva, 2000, p. 86).

Silva (2000) e Butler (2013) consideram que as identidades são resultantes de práticas discursivas, ou seja, de criações linguísticas estabelecidas em um mundo cultural e social, portanto, seriam melhor designadas pelo termo identificação, pois não remetem a nada de fixo e imutável. Conceber identidade e diferença como atos de criação, fazer o uso do termo identificação, implica dizer que elas não são naturais, não são permanentes, não são imutáveis, e não são coerentes. As identidades são constantemente criadas e recriadas. Identidade é produção, é ato performativo.

Pedro Ambra (2018), em consonância com a teoria lacaniana, expõe que nos constituímos sexualmente sempre para alguém, para preencher o desejo do Outro, como efeito daquilo que o outro nos nomeia. De forma que as identidades sexuais são o que os sujeitos oferecem para o Outro com expectativa de preencher uma falta que os constitui. “Assim, a identidade de gênero seria constituída como uma demanda de reconhecimento performada e alienada no desejo do Outro” (Ambra,

2018, p. 49). Neste sentido, Lacan (2008, p. 126) nos diz que “o inconsciente é a soma dos efeitos da fala, sobre um sujeito, nesse nível em que o sujeito se constitui pelos efeitos do significante”. Ainda, segundo o psicanalista, “Isso marca bem que, com o termo sujeito [...] não designamos o substrato vivo de que precisa o fenômeno subjetivo”, como o faz o naturalismo biológico e a psicologia evolutiva (Lacan, 2008, p. 126). Então, fora da dimensão instintiva do desejo sexual, podemos afirmar que “o desejo do homem, é o desejo do Outro” (Lacan, 2008, p. 155), e que “pelo efeito de fala, o sujeito se realiza sempre no Outro” (Lacan, 2008, p. 184). “O Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito” (Lacan, 2008, p. 200). “A sexualidade se representa no psiquismo por uma relação do sujeito que se deduz de outra coisa que não da sexualidade mesma [...] pelo fato de que o sujeito depende do significante” (Lacan, 2008, p. 201).

Assim, Lacan (2008, pp. 202-203) diferencia “do domínio animal” da sexualidade e do instinto, o domínio da pulsão e da “psicologia humana”, observando que “A psicanálise, então, nos lembra que os fatos da psicologia humana não se poderiam conceber na ausência da função do sujeito definido como efeito do significante”. O Outro instaura o “processo de borda”, isto é, “esse nó radical onde se conjugam a demanda e a pulsão [...] operação que podemos chamar de alienação” (Lacan, 2008, pp. 204-205). A alienação, diz Lacan (2008, p. 206), condena o sujeito a só aparecer como sentido, “produzido pelo significante”. Ai está, segundo ele, referindo-se às concepções tradicionais do idealismo filosófico, no que diz respeito a questão do Eu, do ser e da identidade, “Aí está, aliás, a falha essencial do idealismo filosófico, insustentável aliás, e jamais radicalmente mantido. Não há sujeito sem, em alguma parte afânise do sujeito” (Lacan, 2008, p. 216). Afânise, diz Lacan (2008, p. 216), é a divisão do sujeito na medida em que, pelo discurso encontra-se infinitamente separado de sua natureza biológica/animal, “só há surgimento do sujeito no nível do sentido por sua afânise no Outro”. Por fim, é no nível do desejo do Outro, “seu termo é, propriamente falando,

o que chamamos de identificação”, que ocorre o “reconhecimento da pulsão”, ou seja, pelo que o sujeito e a sexualidade são sempre resultados de um reconhecimento, de uma significação que nomeia, que aliena-os de sua naturalidade instintiva (Lacan, 2008, p. 235).

Scott (1989) aponta que as hierarquias entre homens e mulheres se baseiam em compreensões e crenças de que existe uma naturalidade nas identidades masculina e feminina:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro (Scott, 1989, p. 92)

Conforme indica Nascimento (2016, p. 304), “Os brinquedos oferecidos pelos adultos às crianças possuem uma carga ideológica de significados de uma cultura que separa hierarquicamente homens e mulheres”. O sistema patriarcal utiliza a indústria dos brinquedos para reproduzir e manter os papéis de gênero, recriando significados sexistas e relações marcadas por desigualdades. Em tempos de consumismo onde desejos são construídos, remodelados e a descartabilidade é incentivada, torna-se importante refletir sobre os brinquedos disponibilizados às crianças, reconhecendo-os como atores importantes na constituição das identificações (Lira & Nunes, 2016).

### **Preferências das Crianças por Brinquedos: Discriminação Conforme o Sexo**

A organização e análise dos dados coletados com as crianças participantes desta pesquisa partiu da categoria temática mais ampla: “brinquedos infantis e a construção dos papéis de homem e mulher”,

constituindo-se em três subcategorias analisadas: “preferências das crianças por brinquedos”, “papel da mulher na sociedade” e “papel do homem na sociedade”. Na primeira subcategoria foi identificado que as crianças de ambos os sexos discriminam brinquedos conforme o seu sexo.

Os meninos preferem e escolhem brinquedos “de menino”, ou seja, que se associam ao papel de gênero esperado conforme seu sexo. Os brinquedos preferidos por eles foram: veículos, armas, bicicleta, skate, bola, jogos de estratégia e peão. Para Nascimento (2016), tais brinquedos, considerados de meninos, associam-se a desenvolvimento de habilidades, aventura e criatividade.

Os resultados levantados acerca do favoritismo das meninas consistiram em: boneca, ursinho, casinha e utensílios de cozinha, também correspondentes ao estereótipo de gênero, relacionando as mulheres a funções de cuidado doméstico e dos filhos. Ademais, foram relatadas preferências por caderno, corda e bicicleta, que, embora sejam usualmente concebidos como de ambos os sexos, ainda assim podem reproduzir estereótipos, a exemplificar as bicicletas de meninas, que frequentemente são rosa e diferem no modelo das bicicletas consideradas por elas como “de menino”.

Em seguida, analisaremos separadamente as duas subcategorias que dizem respeito a concepção sobre papéis de gênero das crianças entrevistadas. Os discursos dos participantes da pesquisa aparecerão adiante com a idade das crianças que os proferiram, e nomes fictícios.

### **Percepção das Crianças Sobre o Papel da Mulher na Sociedade**

Na subcategoria papel da mulher na sociedade surgiram os elementos de análise: “cuidado”, “controle sobre o corpo”, “obediência”, “independência”, “autocuidado”.

A respeito do cuidado, as mulheres foram percebidas pelas crianças como responsáveis pela função de cuidadoras dos filhos e do lar. Tal afirmação se ilustra a seguir: “Elas **gostam** de limpar a casa e lavar a roupa” (Gustavo, 09 anos, grifo nosso). “Lavam a

louça, lavam a roupa, cuidam da casa, levam os filhos pra escola” (Maria, 11 anos). Nascimento (2016) elucida que as meninas são treinadas através dos brinquedos. Ao brincar de bonecas, panelinhas e casinha, elas aprendem funções que são atreladas socialmente ao papel social da mulher enquanto cuidadora.

No elemento de análise “controle sobre o corpo” percebemos engendramentos e relações de poder características de uma ideologia patriarcal, que coloca até hoje imagens das mulheres em sentidos de exaltação da beleza hegemônica; e uma hipersexualização que objetifica os corpos femininos e produz sobre eles representações atreladas ao consumo da mulher enquanto um objeto de prazer. Tais agenciamentos evidenciam-se na circulação midiática, nas músicas, nos filmes, na pornografia, e no marketing que utiliza a mulher como objeto de desejo vinculado a produtos. No universo dos brinquedos, temos as Barbies, que são feitas para serem bonitas (conforme o padrão hegemônico: loiras, magras, olhos claros). A fala de Victor, 10 anos, ilustra uma representação de mulher atrelada à beleza: “Devem ficar bem arrumadas, se vestir bem”.

O controle sobre o corpo feminino evidencia-se notadamente na fala de Daiane, 10 anos, “Tem marido que não gosta que elas fiquem andando com os outros homens, né. E não fiquem andando muito com o calçãozinho muito curto, pra não se mostrar, né”. De acordo com Brittos e Gastaldo (2006), diferentes produtos culturais e industriais servem ao controle dos corpos femininos, criando idealizações que regulam e legitimam padrões. Isso alinha-se à concepção foucaultiana de controle social, que evidencia estratégias para docilização dos corpos. Os corpos femininos são envolvidos em um sistema que articula a superexposição do corpo idealizado através de mídias, novelas, revistas, incitando nas mulheres comparações do próprio corpo com o padrão, atuando pelo mecanismo de controle de embaraço. Visto que, pela internalização do olhar do outro, cada indivíduo aprende a tornar-se seu próprio vigilante, e assim receia passar por ridículo diante dos outros. Na vida cotidiana, o medo do vexame se torna um mecanismo de controle social que serve para manter a ordem e determinados comportamentos

hegemônicos. Assim, **o corpo feminino é inserido na posição de um corpo para o outro**, o que transforma qualquer pessoa em um juiz do corpo da mulher, avaliando-a conforme a norma.

[...] cada mulher – em nossa sociedade vive sob a constante ameaça da denegação de seu valor a partir de um juízo sobre aspectos de sua corporalidade. Esta forma particularmente perversa de controle social conduz mulheres a um permanente estado de insegurança corporal, a partir da introjeção do olhar vigilante/julgador de um outro implacável (Brittos & Gastaldo, 2006, p. 130).

A questão da “obediência” aparece na fala de Victor (10 anos) quando expõe que a mulher: “Deve se comportar bem, ficar bem ajeitada, bem sentada. **Quando alguém pedir alguma coisa, elas têm que fazer**” (grifo nosso). Gustavo, 09 anos, coloca que “Devem se comportar bem – ficar bem quietinhas”. Relacionando a concepção das crianças aos brinquedos infantis. Concordamos com Nascimento (2016) quando apresenta que os brinquedos considerados de menina estimulam docilidade, passividade, obediência e submissão.

Sobre “autocuidado”, Isabeli, 10 anos, fala: “Elas cuidam delas”. Pereira e Costa (2017, p. 105) definem autocuidado como uma “[...] consciência ampla do indivíduo, que engloba a preservação de si mesmo e o reconhecimento de si como sujeito de direito”. Podemos entender através das entrevistas, que algumas crianças participantes do estudo reconhecem movimentos de afirmação das mulheres.

O elemento de análise “independência” evidenciou-se pelas falas a seguir: “Elas trabalham, cuidam dos filhos, batalham, lutam pela liberdade. Elas não são obrigadas a ficar só em casa, elas têm o direito de ir trabalhar” (Natasha, 09 anos). De acordo com as respostas das crianças, as mulheres procuram uma independência financeira através do trabalho e estudos. “É a mesma coisa que o homem. Elas podem fazer de tudo. Antigamente elas trabalhavam em casa e os homens traziam o sustento, só que agora as mulheres vão trabalhar e fazer o que quiserem. Tem gente que continua trabalhando em casa. Elas



podem ser qualquer coisa” (Alex, 11 anos).

De acordo com Adelman (2000), após a segunda guerra mundial aconteceram mudanças estruturais na sociedade, que reverberaram nas concepções de gênero. No contexto do pós-guerra, que demandava mão de obra e reivindicações dos movimentos feministas, as mulheres ingressaram massivamente no mercado de trabalho, suprindo a falta de homens nos países envolvidos e destruídos pela guerra, o que desestabilizou formas anteriores de organização familiar onde o homem era o único provedor e a mulher acabava submissa e dependente dele por opressão econômica.

Essa nova representação de mulher enquanto financeiramente independente a coloca engajada na esfera pública, porém, observamos que mesmo quando elas atuam como responsáveis pelas despesas do lar e trabalham fora tanto quanto os homens, costumam ser responsabilizadas pelas tarefas domésticas. Apenas duas das quinze crianças entrevistadas colocaram o homem como igualmente responsável por esses afazeres. No restante dos discursos o homem apareceu enquanto um ajudante dessa função, ou seja, a responsável é a mulher e o homem **ajuda** – de forma que as tarefas não são divididas igualmente. Isso gera uma sobrecarga para as mulheres, visto que, além de trabalhar fora, elas ainda são responsáveis por cuidar do lar e dos filhos.

### **Percepção das Crianças Sobre o Papel do Homem na Sociedade**

Na subcategoria papel do homem na sociedade, surgiram os elementos de análise: “independência”, “provedores”, “auxiliares no cuidado”.

Sobre o primeiro elemento de análise, a “independência”, todas as crianças participantes do estudo atrelaram o papel do homem ao trabalho, o que remete a uma independência financeira. “Trabalha fora, concerta carro” (Isabeli, 10 anos). Para Kishimoto e Ono (2008), os brinquedos infantis reproduzem estereótipos que colocam o feminino relacionado à família e ao lar, e o masculino associado ao trabalho e independência.

O elemento de análise “provedores” exemplifica-se pelo seguinte discurso: “Às vezes alguns homens batalham pra ter um trabalho. Por exemplo, ele tem um filho; e essa criança, ela precisa de comida, essas coisas... Precisa de ‘mamã’, precisa de leite, precisa de Nescau. Aí precisa de dinheiro. Aí o homem vai lá e trabalha, consegue trabalhar enquanto a mulher fica com os filhos” (Natasha, 09 anos).

Freitas et al. (2009) realizaram um estudo com dez homens, onde analisaram os significados atribuídos à paternidade por homens que são pais. Os resultados mostraram que aqueles que vincularam a paternidade ao discurso de provimento, o relacionaram a uma troca de favores, procurando gratidão nos filhos em troca do sustento. De acordo com os resultados da pesquisa, as relações estabelecidas nessa configuração mostraram-se autoritárias, indiferentes e com pouca afetividade, visto que a ideia de paternidade desses homens estava mais relacionada ao provimento do que propriamente ao envolvimento afetivo com os filhos.

Acerca do último elemento de análise “auxiliares no cuidado” observamos que enquanto o papel da mulher apareceu como responsável pelo cuidado dos afazeres domésticos e dos filhos, o do homem apareceu como de auxiliar nessas tarefas. “Tem homem que gosta de ajudar em casa, mas tem homem que não gosta” (Daiane, 10 anos).

Associando essa concepção com o universo dos brinquedos, concordamos com Nascimento (2016) quando apresenta que por vezes os meninos são reprimidos por utilizar brinquedos tidos como de meninas, tais como boneca e casinha, e isso acaba por reforçar a ideia de que os homens não têm obrigações com o cuidado dos filhos e atividades domésticas.

Todos os quinze integrantes do estudo relataram ao longo da entrevista que já ouviram de alguém que existem brinquedos só para meninas ou só para meninos. Quatorze participantes revelaram que já foram reprimidos em algum momento da vida por utilizar brinquedos não correspondentes ao seu gênero. Quando não são os pais que o

fazem, os colegas ou professores se encarregam de tal regulação. “Quando eu era pequeno no primeiro ano, tinha umas meninas brincando de boneca, daí era dia do brinquedo. Eu pedi pra brincar e elas falaram que não. Aí eu relatei isso pra profª., aí depois a profª. falou: mas você não pode brincar disso mesmo, porque isso aí é de menina” (Francisco, 10 anos).

Nascimento (2016) expõe que a crença de que determinado brinquedo é destinado para menina ou menino é pautada na suposta existência de uma natureza masculina e feminina. Vianna e Finco (2009, citadas por Lira & Nunes, 2016) discorrem que as preferências não são naturais. A escolha das meninas por bonecas e dos meninos por carrinhos não é algo da essência do humano, mas sim algo aprendido desde a infância.

Cechin e Silva (2015), apoiados em concepções foucaultianas, explicam que os brinquedos agenciam efeitos de verdade e produzem reverberações nas discursividades das crianças. Cada sociedade sanciona determinados discursos os estabelecendo como verdadeiros. Os objetos lúdicos correspondentes aos estereótipos de gênero são socialmente legitimados, fazendo crer que as crianças naturalmente se interessam pelos brinquedos correspondentes ao gênero.

Nascimento (2016) argumenta que, capturada por esses discursos, a criança pode ser encaixada e levada a reproduzir modelos dicotômicos que dividem e classificam corpos papéis e funções conforme o gênero. Assim, são reproduzidos nas crianças estereótipos de uma cultura assimétrica.

### **Considerações Finais**

A presente pesquisa buscou discutir a relação entre brinquedos infantis e a percepção das crianças a respeito do que vem a ser os papéis sociais de homem e mulher. A partir das falas dos entrevistados, destacamos que a infância, assim como os brinquedos infantis, é atravessada pela regulação das feminilidades e masculinidades, dentro do modelo patriarcal e das expectativas dominantes em nossa cultura.

As meninas discriminaram brinquedos “de menina”, conforme o sexo, em sua preferência por bonecas, ursinhos, casinhas, utensílios de cozinha, caderno corda e bicicleta. Além disso, quando respondem sobre o papel social da mulher, o atrelaram a funções de cuidado doméstico e dos filhos. Através do referencial teórico abordado e do conteúdo das entrevistas, entendemos que as meninas estão sendo educadas para a maternidade também (mas não apenas) através do brincar. Ao serem apresentadas a utensílios de cozinha como sendo considerados brinquedos de meninas, possivelmente entendem que o que se espera socialmente das mulheres é que elas assumam as responsabilidades pelas tarefas domésticas. O mesmo ocorreu com os meninos, que preferem brincar com veículos, armas, bicicleta, skate, bola, jogos de estratégia e peão, também correspondentes ao estereótipo de gênero. Sobre o papel social do homem surgiram representações atreladas ao trabalho, independência e provimento.

Enquanto os brinquedos considerados de meninos estimulam ação e independência, os brinquedos considerados de menina relegam a mulher a afazeres domésticos e cuidado com os filhos. Outro fator a ser evidenciado é a ausência da paternidade no universo dos brinquedos. E para além dessa ausência a reprimenda social que os meninos sofrem ao brincar de boneca. Como no relato de Francisco (10 anos), que, além de ser reprimido pela colega, também o foi pela professora.

Como a amostra da pesquisa constituiu-se por indicação *Snowball*, não havia um controle prévio de quem seriam as crianças participantes do estudo. Assim, os pais de todos os entrevistados foram mulheres e homens heterossexuais, e as crianças participantes foram meninos e meninas, de modo que os papéis de gênero trazidos por elas correspondeu a esse modelo familiar. Dessarte, neste estudo discutimos apenas as identidades femininas e masculinas, que foram as que apareceram nas narrativas das crianças. Não foi abordado nesta

pesquisa como se dá a relação entre brinquedos infantis (que como vimos, correspondem às convenções de gênero heteronormativas) e as identidades que fogem da normatividade, tais como os/as identidades trans, intersexuais ou não binárias, nem mesmo foi discutido como ocorre a divisão das tarefas domésticas e cuidado dos filhos em casais homossexuais. Tema que sugerimos para pesquisas futuras.

Sabemos que diversos fatores regulam e constroem os papéis de gênero, aqui nos atentamos apenas à sua relação com os brinquedos infantis. Assim, foi possível compreender que os objetos lúdicos, embora pareçam inocentes, são permeados por relações de poder e contribuem para a regulação das feminilidades e masculinidades dentro do modelo patriarcal. O mesmo é possível se dizer da infância, um período da vida que já se mostra atravessado por relações de poder e controle da sexualidade.

### Contribuição

Os pesquisadores declaram não haver conflitos de interesse.

### Referências

- Adelman, M. (2000). Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX. *Revista de Sociologia e Política*, 14(1), 163-161.
- Ambra, P. (2018). Gênero e identificação. *Stylus: Revista de Psicanálise*, 1, (35), 43-50.
- Baldin, N., & Munhoz, E. M. B. (2011). Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *Anais do Décimo Congresso Nacional de Educação do Educere*. PUCPR.
- Boris, G. D. J. B., & Cesídio, M. H. (2007). Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. *Mal-Estar e Subjetividade*, 7(2), 451-478.
- Brittos V. C., & Gastaldo, E. (2006). Mídia, poder e controle social. *ALCEU*, 7(13), 121-133.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira.
- Cechin, M. B. C.; Silva, T. (2015). Princesas em discurso: as bonecas e personagens da Disney na visão das crianças. *Reflexão e Ação*, 23(2), 250-268.
- Freitas, W. M. F., Silva, A. T. M. C., Coelho, E. A. C., Guedes, R. N., Lucena, K. D. T. & Costa, A. P. T. (2009). Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. *Revista de Saúde Pública*, 43(1), 85-90.
- Freud, S. (2011). O Eu e o Id. In: S. Freud, *Obras Completas* (P. C. Souza, Trad., Vol. 16, pp. 13-75). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (2014). Inibição, sintoma e angústia. In: S. Freud, *Obras Completas* (P. C. Souza, trad., Vol. 17, pp. 13-124). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926)
- Kishimoto, T. M., & Ono, A. T. (2008). Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca. *Pro-Posições* (Unicamp), 19(57), 209-224.
- Lacan, J. (2008). *Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Zahar.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Edufba.
- Lira, A. C. M., & Nunes, M. A. (2016). Ensinando a ser menina e menino: brinquedos e relações de gênero. *Ensino & Pesquisa*, 14(1), 180-200.
- Moresi, E. (2003) *Metodologia da Pesquisa*. UCB.
- Moscovici, S. (2015). *Representações sociais investigações em psicologia social*. Vozes.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006) Famílias e patriarcado: da prescrição normativa a subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 49-55.
- Nascimento, A. C. O. (2016). A Influência da Ideologia patriarcal na definição dos brinquedos infantis. *Revista em Pauta*, 37(14), 296-318.
- Pereira, M. H. G. G., & Costa, L. F. (2017). Santa pecadora ou execrada santa? O autocuidado em mulheres soropositivas para HIV. *Psico-USF*, 12(1), 103-110.

Scott, J. (1989) *Gênero: uma categoria útil para análise histórica* (C. R. Dabat & M. B. Ávila, Trad.). SOS: Corpo e Cidadania.

Silva, T. T., Hall, S., & Woodward, K. (2000) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (T. T. Silva, Org.). Vozes.